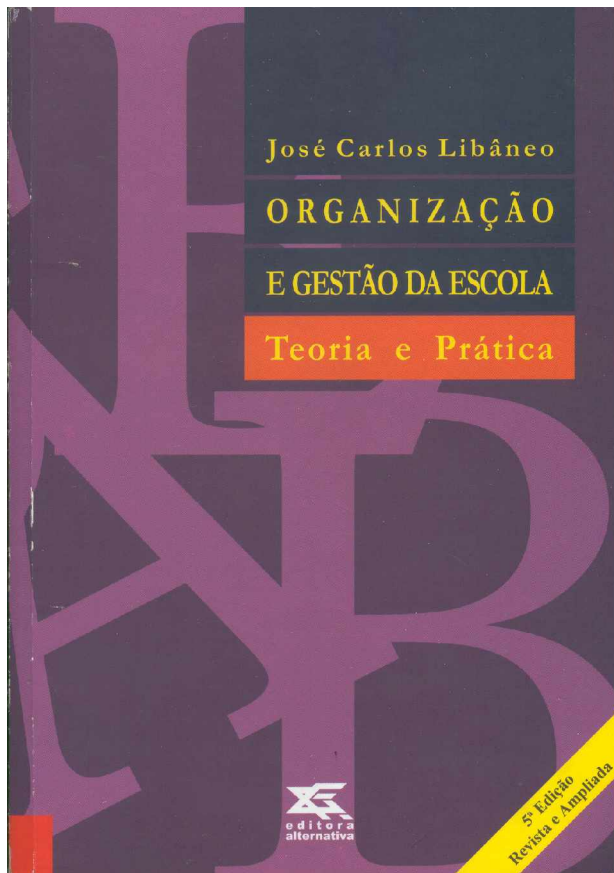


# ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA

## Teoria e Prática

Por  
José Carlos Libâneo



**Editora Alternativa**

**1ª edição: 2001**  
**5ª edição: 2004**

**Este material es de uso  
exclusivamente didáctico**

---

# SUMÁRIO

---

9	Apresentação a 5ª edição
19	Apresentação
	<b>CAPÍTULO I</b>
27	A escola como organização de trabalho e lugar de aprendizagem do professor
	<b>CAPÍTULO II</b>
43	Uma escola para novos tempos
	<b>CAPÍTULO III</b>
63	Buscando a qualidade social do ensino
	<b>CAPÍTULO IV</b>
73	A identidade profissional dos professores e o desenvolvimento de competências
	<b>CAPÍTULO V</b>
95	Os conceitos de organização, gestão, participação e cultura organizacional
	<b>CAPÍTULO VI</b>
117	O sistema de organização e gestão da escola
	<b>CAPÍTULO VII</b>
135	Princípios e características da gestão escolar participativa
	<b>CAPÍTULO VIII</b>
147	O planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular
	<b>CAPÍTULO IX</b>
203	Organização geral do trabalho escolar
	<b>CAPÍTULO X</b>
213	As atividades de direção e coordenação
	<b>CAPÍTULO XI.</b>
225	Formação continuada
	<b>CAPÍTULO XII</b>
235	Avaliação de sistemas escolares e de escolas
	<b>CAPÍTULO XIII</b>
261	As áreas de atuação do sistema de organização e gestão escolar -Ações, procedimentos e técnicas de coordenação do trabalho escolar.
313	Bibliografia

**C A P Í T U L O**

---

**II**

---

**UMA ESCOLA PARA**

---

**NOVOS TEMPOS**

---

---

---

---

---

**A**s instituições escolares vêm sendo pressionadas a repensar seu papel diante das transformações que caracterizam o acelerado processo de integração e reestruturação capitalista mundial. De fato, o novo paradigma econômico, os avanços científicos e tecnológicos, a reestruturação do sistema de produção e as mudanças no mundo do conhecimento afetam a organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores, repercutindo na qualificação profissional e, por consequência, nos sistemas de ensino e nas escolas.

Essas transformações, que ocorrem em escala mundial, decorrem da conjugação de um conjunto de acontecimentos e processos que acabam por caracterizar novas realidades sociais, políticas, econômicas, culturais, geográficas. Dentre os aspectos mais visíveis desse fenômeno destacam-se os seguintes:

- Notáveis avanços tecnológicos na microeletrônica, na informática, nas telecomunicações, na automação industrial, na biotecnologia, na engenharia genética, entre outros setores, caracterizando uma revolução tecnológica sem precedentes.
- Globalização da sociedade, internacionalização do capital e dos mercados, reestruturação do sistema de produção e do desenvolvimento econômico.
- Difusão maciça da informação, produção de novas tecnologias da comunicação e da informação, afetando a produção, circulação e consumo da cultura.
- Mudanças nos processos de produção, na organização do trabalho, nas formas de organização dos trabalhos, nas qualificações profissionais.
- Alterações nas concepções de Estado e das suas funções, prevalecendo o modelo neoliberal de diminuição do papel do Estado e fortalecimento das leis do mercado.
- Mudanças nos paradigmas da ciência e do conhecimento, influenciando na pesquisa, na produção de conhecimentos, nos processos de ensino e aprendizagem.
- Agravamento da exclusão social, aumento da distância social e econômica entre incluídos e excluídos dos novos processos de produção e das novas formas de conhecimento.

Dentre esses aspectos, serão destacados alguns que tocam mais de perto a escola e o trabalho dos professores.

### **As mudanças na economia: novo paradigma produtivo**

Estão em curso mudanças na economia, expressas em novas formas de produção baseadas nas novas tecnologias e no capitalismo financeiro. Trata-se de novas formas de funcionamento e reestruturação do capitalismo no quadro de um conjunto de transformações que vem sendo chamado de *globalização*. O modelo econômico segue a lógica da subordinação da sociedade às leis do mercado, visando a lucratividade, para o que se serve da eficiência, dos índices de produtividade e competitividade. Para atingir esse objetivo, rompem-se as fronteiras comerciais, ampliam-se as grandes fusões entre empresas transnacionais, amplia-se a circulação do capital financeiro. Nesse modelo, o Estado não deve intervir na economia e mesmo as empresas atualmente mantidas pelo Estado são privatizadas, na crença de que assim ganham mais eficiência, mais qualidade, mais rentabilidade.

O modelo econômico, conhecido por *neoliberalismo*, ter trazido consequências bastante prejudiciais às políticas sociais dos países e o empobrecimento da população, como tem sido

reconhecido por alguns dos organismos internacionais, com o Banco Mundial, e por empresários.

No aspecto individual, as pessoas são estimuladas a se preparar para competir, por si mesmas, no mercado de trabalho e a gerar seus meios de vida. Segundo Faleiros (1999), na ótica neoliberal, as garantias sociais e os direitos devem ser desmantelados para que o indivíduo sobreviva com seus recursos: sem a proteção social pública. Aqueles que não conseguem competir formam o segmento dos excluídos sociais.

Essas mudanças atingem o sistema educacional, exigindo-se dele a adequação aos interesses do mercado e investimentos na formação de profissionais mais preparados para as modificações do processo de produção. Com efeito, tais modificações afetam a organização do trabalho nas empresas e o perfil de trabalhador necessário para novas formas de produção e, em consequência, os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à qualificação profissional. As incessantes modificações tecnológicas afetam os postos de trabalho e as competências profissionais, de modo que as pessoas precisam estar preparadas para mudar de profissão algumas vezes na sua vida. Junto com isso, aumenta o número de pessoas ocupadas em trabalhos eventuais (também chamados de trabalho precarizado) ou desempregadas.

Por outro lado, é fato que as novas realidades do mundo do trabalho requerem trabalhadores com mais conhecimento cultural, preparo técnico. Sendo assim, o usufruto ou a falta da educação básica (incluindo novas habilidades cognitivas e competências sociais) passa a ser determinante da condição de inclusão ou exclusão social, porque o mercado de trabalho não aceita mais mão-de-obra não qualificada.

## **A revolução informacional**

Este momento da história tem recebido várias denominações: sociedade pós-moderna, sociedade do conhecimento, sociedade da informação, sociedade pós-industrial, sociedade tecnológica. Conforme o sociólogo francês Alain Touraine (1995), estamos vivendo atualmente a passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional. Se na sociedade industrial predominou a produção de objetos materiais, na sociedade informacional o que se destaca é a produção e difusão de bens culturais, especialmente a informação. Dados da Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Internacional do Trabalho informavam que, em 1997, a distribuição da força de trabalho apresentava os seguintes índices: 62% no setor terciário ou de serviços, 22,4% no setor secundário ou industrial e 15,6% no setor primário ou agrícola. No setor terciário incluem-se os serviços informacionais. Esse crescimento leva os especialistas a antever para breve a institucionalização de um novo setor da economia, o setor quaternário ou informacional.

A revolução tecnológica -que aparece na comunicação instantânea pela TV, nos computadores, nas redes de informação, no telefone celular, na automação industrial, nas várias mídias- atinge a todos, deixando a maioria da população à margem da economia, além de provocar um tipo de exclusão cultural, já que a população pobre, por causa da baixa escolarização, tem reduzida capacidade crítica diante da avalanche informativa vinda especialmente pela televisão.

Há, portanto, um papel insubstituível das escolas e dos professores de propiciar as condições intelectuais para toda a população, de modo a ampliar sua capacidade reflexiva e crítica em relação às condições de produção e de difusão do saber científico e da informação. A informação é necessária, mas por si só ela não propicia o saber. A informação é um caminho de acesso ao conhecimento, é um instrumento de aquisição de conhecimento, mas ela precisa ser analisada e interpretada pelo conhecimento, que possibilita a filtragem e a crítica da informação, de modo que ela não exerça o domínio sobre a consciência e a ação das pessoas.

## **A despolitização da sociedade**

No campo político, ressalta-se a diminuição da crença na ação pública na solução dos problemas, descrença nas formas convencionais de representação política, aumento do individualismo, da insensibilidade social. Tais características levam a novas formas de fazer política, destacando novos movimentos sociais, novas formas de organização, que mostram novos caminhos de controle público sobre o Estado. Esses fatos lançam novas perspectivas sobre o sentido da formação da cidadania, uma vez que se faz necessário educar para a participação social, para o reconhecimento das diferenças entre os vários grupos sociais, para a diversidade cultural, para os valores e direitos humanos. Isso significa, também, que menor ou maior acesso à educação escolar e a outros bens culturais determina a qualidade da participação popular nos processos decisórios existentes na sociedade civil.

## **A crise ética**

No campo da ética, o mundo contemporâneo convive com uma crise de valores, predominando um relativismo moral baseado no interesse pessoal, na vantagem, na eficácia, sem referência a valores humanos como a dignidade, a solidariedade, a justiça, a democracia, o respeito à vida. É preciso a colaboração da escola para a revitalização da formação ética, atingindo tanto as ações cotidianas quanto as formas de relações entre povos, etnias, grupos sociais, no sentido do reconhecimento das diferenças e das identidades culturais. Além disso, ao lado do conhecimento científico e da preparação para o mundo tecnológico e comunicacional é necessária a difusão de saberes socialmente úteis, entre outros, o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente, a luta contra a violência, o racismo e a segregação social, os direitos humanos.

## **A exclusão social**

As transformações em curso impulsionam avanços científicos e tecnológicos, novos processos de produção, novas formas de conhecimento e ação mas provocam, também, o aumento da distância social e econômica entre incluídos e excluídos desse processo.

De acordo com informações recentes de entidades financeiras internacionais, vem aumentando significativamente a distância entre ricos e pobres. Em janeiro de 2000, no Fórum Econômico Mundial realizado na Suíça, foi divulgado que, dos 6 bilhões de pessoas do mundo, 3 bilhões, ou seja, 50%, vivem na pobreza, ganhando até 2 dólares por dia.

Referindo-se à crise deste final de século, o professor Oaudencio Frigotto (1996) identifica várias características da realidade contemporânea como estratégias de recomposição do capitalismo. No plano socioeconômico, o ajustamento de nossas sociedades à globalização significa a exclusão de dois terços da humanidade dos direitos básicos de sobrevivência, emprego, saúde, educação. No plano cultural e ético-político, a ideologia neoliberal prega o individualismo e a naturalização da exclusão social, considerando-se essa como sacrifício inevitável no processo de modernização e globalização da sociedade. No plano educacional, a educação deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo que se acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres.

Esses aspectos mostram como a escola não pode mais ser considerada isoladamente de outros contextos, outras culturas, outras mediações. A escola contemporânea precisa voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social. A luta contra a exclusão social e por uma sociedade justa, uma sociedade que inclua todos, passa pela escola e pelo trabalho dos professores. Propõe-se, para essa escola, um currículo centrado na formação geral e continuada de sujeitos pensantes e críticos, na preparação para uma sociedade técnica/científica/informacional, na formação para a cidadania crítico-participativa e na formação ética.

## **A escola necessária para os novos tempos**

A escola necessária para fazer frente a essas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural, pedagógica.

Mesmo considerando a imensa oferta de meios de comunicação social extra-escola, de meios informacionais, ainda assim há lugar para a escola na sociedade tecnológica e da informação. Ela cumpre funções que não são providas por nenhuma outra instância, ou a de prover formação geral básica -capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas. Por outro lado, a escola precisa ser repensada, porque ela não detém o monopólio do saber, pois a educação acontece em muitos lugares, por meio de várias agências como a família, os meios de comunicação, as empresas, os clubes, as academias de ginástica, os sindicatos. As próprias cidades vão se transformando em agências educativas à medida que os espaços e os equipamentos urbanos, as formas participativas de gestão dos recursos financeiros, os programas culturais e de lazer etc. são tipicamente práticas educativas (Cavalcanti, 2002).

Por isso, gradativamente, a escola vai se convertendo num "espaço de síntese" (Colom Cañellas, 1994). A escola de hoje não pode limitar-se a passar informação sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é urna síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc., e a cultura formal que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento. Nela, os alunos aprendem a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade. O professor tem aí seu lugar, com o papel insubstituível de provimento das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias, das multimídias e formas diversas de intervenção educativa urbana. O valor da aprendizagem escolar, com a ajuda pedagógica do professor, está justamente na sua capacidade de introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de mediações cognitivas e interacionais.

Na escola, pelos conhecimentos e pelo desenvolvimento das competências cognitivas, torna-se possível analisar e criticar a informação. Os alunos vão aprendendo a buscar a informação (na TV, no rádio, no jornal, no livro didático, nos vídeos, no computador, etc.) mas, também, os instrumentos conceituais para analisarem essa informação criticamente e darem-lhe um significado pessoal e social. A escola fará, assim, a síntese entre a cultura formal (dos conhecimentos sistematizados) e a cultura experienciada. Porisso, é necessário que proporcione não só o domínio de linguagens para a busca da informação, mas também para a criação da informação. Ou seja, a escola precisa articular sua capacidade de receber e interpretar informação, cora a de produzi-la, considerando-se o aluno sujeito do seu próprio conhecimento.

## **Os objetivos**

Para essa escola concebida como espaço de síntese, no exercício de seu papel na construção da democracia social e política, são propostos cinco objetivos:

1. Promover o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais dos alunos (processos mentais, estratégias de aprendizagem, competências do pensar, pensamento crítico), por meio dos conteúdos escolares.
2. Promover as condições para o fortalecimento da subjetividade e da identidade cultural dos alunos, incluindo o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação.

3. Preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional, implicando preparação tecnológica (saber tomar decisões, fazer análises globalizantes, interpretar informações de toda natureza, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar junto etc.);
4. Formar para a cidadania crítica, isto é, formar um cidadão-trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para integrar o mercado de trabalho.
5. Desenvolver a formação para valores éticos, isto é, formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias.

Em relação ao primeiro objetivo, o que está em questão é uma formação que ajude o aluno a transformar-se num sujeito pensante, de modo que aprenda a utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes, valores. Trata-se de investir numa combinação bem-sucedida entre a assimilação consciente e ativa dos conteúdos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas pelos alunos, visando ao desenvolvimento do pensar, ou seja, a internalização de instrumentos conceituais para lidar com os problemas, dilemas e situações da realidade. Em resumo, a escola de qualidade promove para todos o domínio dos conhecimentos, da cultura, da ciência, da arte, junto com o desenvolvimento de capacidades e habilidades de pensamento.

O segundo objetivo visa a assegurar a ligação entre os aspectos cognitivo, social e afetivo da formação. O ensino implica lidar com os sentimentos, respeitar as individualidades, compreender o mundo cultural dos alunos e ajudá-los a se construírem como sujeitos, a aumentar sua auto-estima, sua autoconfiança, o respeito consigo mesmos.

O terceiro objetivo propõe que a escola contemporânea atenda às demandas produtivas e de emprego, ou seja, promova a inserção competente e crítica no mundo do trabalho, incluindo a preparação para o mundo tecnológico e comunicacional e para as complexas condições de exercício profissional no mercado de trabalho. A preparação tecnológica inclui o desenvolvimento de saberes e competências exigidas pelo novo processo produtivo como: compreender a totalidade do processo de produção; desenvolver capacidade de tomar decisões e de fazer análises globalizantes; interpretar informações de todo tipo; pensar estrategicamente; desenvolver flexibilidade mental para lidar com situações novas ou inesperadas.

O quarto objetivo refere-se à educação do trabalhador-cidadão. A escola precisa torná-lo capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para integrar-se ao mercado de trabalho. A escola deve continuar investindo na ajuda aos alunos para que se tornem críticos, para se engajarem na luta pela justiça social e pela solidariedade humana. A preparação para o exercício da cidadania, incluindo a autonomia, a participação e o diálogo como princípios educativos, envolve tanto os processos organizacionais internos da escola como a articulação com os movimentos e organizações da sociedade civil. Muitas escolas adotam formas de gestão participativa e incorporam nos conteúdos escolares as lutas dos movimentos sociais organizados pela moradia, salário, educação, saúde, emprego etc.

O quinto objetivo visa a propiciar conhecimentos, procedimentos e situações em que os alunos possam pensar sobre valores e critérios de decisão e ação perante problemas do mundo da política e da economia, do consumismo, dos direitos humanos, das relações humanas (envolvendo questões raciais, de gênero, das minorias culturais), do meio ambiente, da violência e das formas de exclusão social e, também, diante das formas de exploração do trabalho humano que subsistem na sociedade capitalista.

Para o atendimento desses objetivos, põe-se a exigência de *que os sistemas de ensino e as escolas prestem mais atenção a qualidade cognitiva das aprendizagens*, colocada como foco central do projeto pedagógico-curricular e da gestão escolar. Serão de pouca valia a mudanças nas formas de gestão, as mudanças curriculares e organizacionais, a introdução de tecnologias de ensino, a valorização da experiência sociocultural dos alunos e outros tipos de inovações, se os alunos não obtêm níveis satisfatórios de aprendizagem. Ou seja, a democratização da sociedade e a inserção dos alunos no mundo da produção requerem uma escola que proporcione às crianças e jovens os meios cognitivos e operacionais que atendam tanto às necessidades pessoais como as econômicas e sociais. Em face dessas exigências, a escola precisa oferecer serviços e resultados de qualidade, a fim de que os alunos que passem por ela ganhem condições



de exercício da liberdade política e intelectual. É esse o desafio que se põe à educação escolar no terceiro milênio.

Isso tudo não significa conceber a escola como a única impulsionadora das transformações sociais. As tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertericem a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. Mas a escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação cultural e científica das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade contemporânea. A escola tem o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a formação cultural básica a ser provida pela escolarização. O fortalecimento das lutas sociais e a conquista da cidadania dependem de uma ampliação, cada vez mais, do número de pessoas que possam participar das decisões primordiais que dizem respeito aos seus interesses.

### **Ampliando os objetivos da escola**

Uma das importantes funções da escola é interagir e articular-se com as práticas sociais. Dentre elas, destacam-se alguns movimentos sociais. Embora continuem existindo os partidos tradicionais e vigorem ainda as formas de representação política típicas da democracia e da representação sindical, outras formas de ação política estão surgindo, como os movimentos feministas, ecológicos, pacifistas etc. Vamos destacar alguns desses movimentos.

### **Educação para a igualdade entre os sexos**

Dentre os ideais da escola pública destacam-se o da igualdade de oportunidades em geral e, em particular, o da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Os movimentos de mulheres ressaltam a distinção entre sexo e gênero, mostrando que os gêneros masculino e feminino são noções estabelecidas numa cultura e numa sociedade organizada por homens. Segundo esses movimentos, a sociedade masculina difunde a idéia de que diferenças de sexo resultam em diferenças de gênero, ou seja, diferenças sexuais (naturais) também levam à distribuição de papéis sociais entre mulheres e homens. Contra essa idéia, advogam a luta pelo respeito entre os generos e reconhecimento de suas diferenças. Nesse sentido, as práticas educativas na escola, na comunidade, no currículo e nas salas de aula devem sustentar-se no princípio de que as diferenças entre homens e mulheres no trabalho, nas formas de expressão de sentimentos, em papéis sociais, não resultam de uma base natural, mas são socialmente construídas. Propõe-se também que as escolas e os professores não façam uso sexista da linguagem corrente. Trata-se, por exemplo, de evitar o uso de termos masculinos como tendo abrangência universal -o homem, o aluno, o cidadão, os pais- ou de expressões que ocultam o lugar da mulher -"ela porta-se como homem", "relação do homem com a ciência", "inteligencia do homem e dos outros animais" (Henriques, 1994).

### **Educação ambiental**

A sociedade da inforroação é uma sociedade de constante risco por causa da destruição da natureza e dos problemas humanos decorrentes da degradação ambiental. Respirar o ar, entrar num hospital como doente ou como visitante, andar pelas ruas da cidade, tomar banho num rio ou numa praia são atividades que envolvem sistematicamente riscos. Além disso, a sobrevivência humana está ameaçada nas favelas, nos cortiços, nas moradias inadequadas. As autoridades, os órgãos públicos, os médicos dos hospitais vivem prometendo segurança a população, todavia, boa parte da solução dos problemas não depende dessas pessoas mas de interesses econômicos privados.

Há diferentes entendimentos em relação a educação ambiental. A corrente conservacionista defende a preservação das matas, dos animais, dentro de uma noção de natureza biofísica intocável. Perante formas destruidoras da natureza e que retiram da população

meios de ganhar a vida, defenderia a manutenção de formas de vida primitivas (como é o caso, por exemplo, dos seringueiros da Amazônia ou dos índios que resistem a exploração do seu território e à destruição de seu meio natural de vida). A corrente naturalista propõe uma forma de educação pelo contato com a natureza, a vida ao ar livre (montanhismo, caminhadas ecológicas, trilhas etc.), o que levaria ao turismo ecológico. A corrente da gestão ambiental incentiva ações de movimentos sociais, de comunidades e de governos na luta pela despoluição das águas e do ar, critica todas as formas de depredação da natureza, principalmente pela indústria. A corrente da economia ecológica, que agrupa organismos internacionais, incluindo o Banco Mundial, a FAO, a Unesco, e várias organizações não governamentais e associações ambientalistas, se caracteriza por defender tecnologias alternativas no trato da terra, no uso da energia, no tratamento dos resíduos etc. Essa corrente se desdobra em duas vertentes muito diferentes entre si: (a) a vertente do "desenvolvimento sustentável" cujo modelo de desenvolvimento é o capitalista, devidamente reciclado; (b) a vertente das "sociedades sustentáveis" que, sem negar os avanços técnicos e o desenvolvimento ambiental, questiona o modelo de progresso destruidor da natureza (Correntino, 1995).

Essas quatro correntes enfatizam diferentes concepções e formas de fazer educação ambiental e, do ponto de vista pedagógico, não se excluem. A educação ambiental contribui na formação humana:

- levando os alunos a refletirem sobre as questões do ambiente no sentido de que as relações do ser humano com a natureza e com as pessoas assegurem uma qualidade de vida no futuro, diferente do atual modelo economicista de progresso;
- educando as crianças e jovens para proteger, conservar e preservar espécies, o ecossistema e o planeta como um todo;
- ensinando a promover o autoconhecimento, o conhecimento do universo, a integração com a natureza;
- introduzindo a ética da valorização e do respeito à diversidade das culturas, às diferenças entre as pessoas, pois os seres humanos estão incluídos no conceito de natureza;
- empenhando os alunos no fortalecimento da democracia, da cidadania, das formas comunitárias de discutir e resolver problemas, da educação popular;
- levando a tomadas de posições sobre a conservação da biodiversidade, contra o modelo capitalista de economia que gera sociedades individualistas, exploradoras e depredadoras da natureza biofísica e da natureza humana.

A educação ambiental não pode ser apenas uma tarefa da escola, ela envolve ações práticas que dizem respeito ao nosso comportamento nos vários ambientes (na família, na escola, na cidade, na empresa etc.). Ao mesmo tempo em que se precisa conhecer mais a respeito da natureza e mudar nossa relação com ela, é preciso articular ações individuais com medidas mais gerais. As pessoas precisam ser convencidas a se engajar em campanhas para a coleta seletiva do lixo, a adquirir o hábito de não jogar coisas na rua, a não mutilar a natureza, a lutar contra a poluição ambiental etc. Um outro sentido da atitude ecológica é o de recusar um conceito de progresso baseado na capacidade de possuir mais objetos e bens de consumo, assumindo uma visão de vida baseada mais na relação com a natureza e as pessoas do que com os objetos.

## **Educação intercultural**

A idéia de educação intercultural, que se projeta num currículo intercultural, está assentada no princípio pedagógico mais amplo: o acolhimento da diversidade, isto é, o reconhecimento dos outros como sujeitos de sua individualidade, portadores de uma identidade cultural própria. Acolher a diversidade é a primeira referência para a luta pelos direitos humanos. A presença da diversidade humana na sociedade resulta na transversalidade de

culturas, no sentido de que toda cultura é plural. Uma prática, um comportamento intercultural, significa reconhecer o pluralismo cultural, aceitar a presença de várias culturas e desenvolver hábitos mentais e atitude de abertura e diálogo com essas culturas (Gimeno, 1995).

De fato, professores e alunos convivem com uma pluralidade crescente de pessoas e grupos sociais. Vem aumentando a interação entre pessoas de diferentes lugares, em boa parte por causa da intensificação da migração decorrente do aumento das desigualdades, da pobreza, da falta de terra. Com isso, as crianças nas escolas convivem com pessoas diferentes, às vezes com culturas e costumes diferentes, diferentes etnias e diferentes linguagens. Uma educação intercultural requer que as decisões da equipe escolar sobre objetivos escolares e organização curricular *reflitam os interesses e necessidades formativas dos diversos grupos sociais existentes na escola (a cultura popular, o urbano e o rural, a cultura dos jovens, a cultura de homens e mulheres, de brancos e negros, das minorias étnicas, dos alunos com necessidades especiais)*.

Assumir o objetivo da educação intercultural não significa reduzir o currículo aos interesses dos vários grupos culturais que frequentam a escola. O que se propõe é que, com base em uma atitude coletiva definida pela escola no sentido de um pluralismo cultural -uma visão aberta e plural em relação às culturas existentes na sociedade e na comunidade-, seja formulada uma proposta curricular que incorpore essa visão intercultural.

Não basta, todavia, pensar apenas no currículo formal. A educação intercultural perpassa a organização escolar, o tipo de relações humanas que existe entre os profissionais e os usuários da escola, o respeito a todas as pessoas que nela trabalham. Ou seja, trata-se de uma mudança de mentalidade, de transformação das formas de pensar, de sentir, de comportar-se em relação aos outros.

É preciso considerar, além disso, que os alunos trazem para a escola e para as salas de aula um conjunto de significados, valores, crenças, modos de agir, resultante de aprendizagens informais, que muitos autores chamam de cultura paralela ou currículo extra-escolar. Fazem parte dessa cultura paralela o cinema, a TV, os vídeos, as conversas entre adultos e entre amigos, as revistas populares, o rádio, de onde os alunos extraem sua forma de ver o mundo, as pessoas, as diferentes culturas, povos etc. A organização escolar e os professores precisam saber como articular essas culturas, ajudar os alunos a fazerem as ligações entre a cultura elaborada e a sua cultura cotidiana, de modo que adquiram instrumentos conceituais, formas do pensar e de sentir, para interpretar a realidade e intervir nela.